

HABEAS CORPUS Nº 548.682 - RJ (2019/0357138-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : FLAVIO SOARES CRELIER
ADVOGADO : FLÁVIO SOARES CRELIER - RJ130892
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JOAO PEDRO MESQUITA GUEDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO PEDRO MESQUITA GUEDES apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HC n. 0026462-28.2019.8.19.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 40 (quarenta) anos e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 1.223 (mil duzentos e vinte e três) dias-multa, como incurso nas sanções do artigo 35, c/c o art. 40, inciso IV, ambos da Lei n. 11.343/2006 e art. 333, *caput* e parágrafo único, do Código Penal, em concurso material, cada uma delas na forma do art. 71 do CP (e-STJ, fl. 326).

Nesta via, alega o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo para o julgamento do *habeas corpus* com pedido liminar, impetrado em 13.5.2019, no Tribunal de origem.

Aduz, ainda, a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente se encontra preso há mais de 2 (dois) anos, sem que tenha formação de culpa definitiva, a ponto de restar configurado o excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Alega que não teria sido apresentada fundamentação idônea para justificar a manutenção da custódia cautelar imposta ao paciente, porquanto não apontados elementos concretos para lhe negar o direito de recorrer em liberdade, reputando ausentes as hipóteses autorizadoras da segregação antecipada, previstas no art. 312 do CPP.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferido ao paciente o direito de recorrer em liberdade, além de ser relaxada a prisão em virtude do apontado excesso de prazo.

É o relatório.

Não obstante os relevantes argumentos expostos na impetração, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do remédio constitucional, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, consoante destacado pelos próprios impetrantes o Tribunal de origem ainda não se manifestou sobre as ilegalidades suscitadas no presente *mandamus*, o que revela que a análise dos temas diretamente por este Superior Tribunal de Justiça se daria

Superior Tribunal de Justiça

em indevida supressão de instância.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se, **com urgência**, informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo de origem, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas quanto ao alegado excesso de prazo aduzido pelo impetrante, bem como, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator